

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi

CNPJ 01.222.069/0001-22
Sede: Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Cidade de Deus, 29 de janeiro de 2014.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais					
	2013	2012	2013	2012	
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE	36.666	1.744.880	CIRCULANTE	4.011	29.298
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	33.971	881.122	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 14f)	3.271	26.925
Valor Justo por Meio do Resultado (Nota 6)	-	843.614	Dividendos a Pagar (Notas 8c e 13a)	651	873
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 14e)	2.176	13.890	Outras Obrigações (Nota 15)	89	1.500
Estoques (Nota 7c)	519	568	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.334.860	1.729.640
Valores a Receber	-	8	Capital Social:		
Créditos Tributários (Nota 14c)	-	5.738	- De Domiciliados no País (Nota 8a)	1.028.459	1.028.459
NÃO CIRCULANTE	1.302.205	14.058	Reservas de Lucros (Nota 8b)	306.401	701.181
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.302.205	14.058			
Valor Justo por Meio do Resultado (Notas 6 e 13a)	1.285.643	-			
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 14e)	-	2.456			
Depósitos Judiciais	75	110			
Créditos Recebíveis (Nota 7a)	242.948	245.131			
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7a)	(242.948)	(245.131)			
Créditos Tributários (Nota 14c)	16.487	11.492			
TOTAL	1.338.871	1.758.938	TOTAL	1.338.871	1.758.938

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais			DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais					
	Exercícios findos em 31 de dezembro		Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros Legal Estatutária	Lucros Acumulados	Totais	
	2013	2012						
RECEITAS OPERACIONAIS	111.506	152.699	Saldos em 31.12.2011	1.028.459	40.572	569.550	-	1.638.581
Resultado de Créditos Recebíveis (Nota 7b)	8.084	8.958	Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	91.932	91.932
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 9)	103.379	143.713	Destinações - Reservas	-	4.597	86.462	(91.059)	-
Reversão de Provisões	6	28	- Dividendos Propostos (R\$ 2,03 por lote de mil ações)	-	-	-	(873)	(873)
Outras Receitas Operacionais	37		Saldos em 31.12.2012	1.028.459	45.169	656.012	-	1.729.640
DESPESAS OPERACIONAIS	8.719	12.488	Pagamento de Dividendos com Reservas	-	-	(462.629)	-	(462.629)
Despesas Tributárias (Nota 10)	5.110	6.976	Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	68.500	68.500
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 11)	3.559	5.410	Destinações - Reservas	-	3.425	64.424	(67.849)	-
Outras Despesas Operacionais Líquidas (Nota 12)	50	102	- Dividendos Propostos (R\$ 1,51 por lote de mil ações)	-	-	-	(651)	(651)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	102.787	140.211	Saldos em 31.12.2013	1.028.459	48.594	257.807	-	1.334.860
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 14a)	(34.287)	(48.279)						
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	68.500	91.932						
Número de ações	430.311.119	430.311.119						
Lucro Líquido Básico por lote de mil ações em R\$	159,19	213,64						

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Milhares de Reais			DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Milhares de Reais				
	Exercícios findos em 31 de dezembro		Descrição	2013	%	2012	%
	2013	2012					
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			1 - RECEITAS	8.517	7,8	10.494	7,1
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	102.787	140.211	Provisão/Reversão para Créditos de Liquidação Duvidosa	2.192	2,0	4.314	2,9
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(8.235)	(8.821)	Juros sobre Créditos Recebíveis	6.282	5,8	6.152	4,2
Reversão de Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.183)	(4.176)	Outras Receitas	43	-	28	-
Juros, Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	(151)	(863)	2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(3.952)	(3,6)	(6.977)	(4,7)
Juros sobre Créditos Recebíveis	(6.282)	(6.152)	Serviços de Terceiros	(2.519)	(2,3)	(139)	(0,1)
Perdas de Créditos Recebíveis	381	1.370	Outras Despesas	(1.374)	(1,3)	(6.598)	(4,5)
Lucro Líquido Ajustado	94.552	130.390	Perda de Valores de Ativos	(59)	-	(240)	(0,1)
Aumento em Valor Justo por Meio do Resultado	(442.028)	(68.603)	3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	4.564	4,2	3.517	2,4
Aumento/(Redução) em Outros Ativos	14.353	(7.412)	4 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	4.564	4,2	3.517	2,4
Redução de Créditos Recebíveis	1.802	2.806	5 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	103.379	95,8	143.713	97,6
Juros de Créditos Recebíveis	6.282	6.152	Receitas Financeiras	103.379	95,8	143.713	97,6
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(39.060)	1.263	6 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (4+5)	107.944	100,0	147.231	100,0
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(19.549)	(7.942)	7 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL	107.943	100,0	147.228	100,0
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	(383.648)	56.654	Impostos, Taxas e Contribuições	39.443	36,5	55.296	37,6
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			Federais	39.443	36,5	55.296	37,6
Dividendos Pagos	(463.503)	(45.664)	Remuneração de Capitais Próprios	68.500	63,5	91.932	62,4
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(463.503)	(45.664)	Dividendos	651	0,6	873	0,6
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(847.151)	10.990	Lucros Retidos	67.849	62,9	91.059	61,9
Início do Período	881.122	870.132					
Fim do Período	33.971	881.122					
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(847.151)	10.990					

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais	
1) CONTEXTO OPERACIONAL	2.9) Reconhecimento da receita
A Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi é uma Companhia que tem por objetivo exclusivo a aquisição de créditos oriundos de operações de empréstimos, de financiamentos e de arrendamento mercantil. A Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.	A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, por provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.
A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 29 de janeiro de 2014.	a) Rendas de créditos recebíveis
2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	As receitas de créditos recebíveis são reconhecidas no resultado pelos recebimentos de valores de operações de créditos recebíveis oriundas de Instituições Financeiras, efetuadas de acordo com a Resolução nº 2.686 de 26 de janeiro de 2000, do Conselho Monetário Nacional - CMN.
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.	b) Receitas financeiras
2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis	As receitas financeiras abrangem receitas sobre fundos de investimentos, juros sobre os créditos recebíveis e atualização monetária.
As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.	2.10) Imposto de renda e contribuição social
A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis, conforme Nota 4.	A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.
2.2) Moeda funcional e de apresentação	Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.	A despesa com imposto de renda corrente é calculada pela soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e do imposto diferido proveniente dos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.
2.3) Caixa e equivalentes de caixa	Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos em curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento, cujos vencimentos na data da efetiva aplicação são iguais ou inferiores a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro, conforme apresentados na Nota 5.	Conforme Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.636/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não têm efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas leis e dos CPCs estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes, conforme apresentado na Nota 14.
2.4) Ativos financeiros	3) GERENCIAMENTO DE RISCOS
A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria: registrados pelo valor justo por meio do resultado e disponíveis para venda e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.	A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.
a) Mensurados a valor justo por meio do resultado	Valor justo de ativos e passivos financeiros
Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado	A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:
Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.	Nível 1
b) Créditos recebíveis	Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
Os créditos recebíveis, oriundos de operações de securitização, são inicialmente registrados ao seu custo de aquisição, sendo mantidos sem qualquer atualização. Por ocasião do recebimento de qualquer parcela dos créditos adquiridos, esta é deduzida do custo de aquisição até o limite do mesmo; e o eventual valor excedente é reconhecido como resultado de créditos recebíveis na conta "Rendimentos de Créditos Recebíveis".	Nível 2
2.5) Determinação do valor justo	Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.	Nível 3
As aplicações em fundos de investimento são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.	Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).
2.6) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment)	4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável.	Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.
A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.	Determinados ativos estão sujeitos à revisão de perda de valor recuperável (impairment). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda de valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.
Uma perda por redução ao valor recuperável (Impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.	As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possam risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão incluídas nas Notas 7 e 14d.
2.7) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias	5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:	
• Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;	
• Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;	
• Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e	
• Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.	
2.8) Patrimônio líquido	
a) Lucro por ação	
A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria.	
b) Dividendos a pagar	
A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.	

	Em 31 de dezembro	
	2013	2012
Disponibilidades em moeda nacional (1)	10	1.420
Fundos de investimentos financeiros (2)	33.961	879.702
Total de caixa e equivalentes de caixa	33.971	881.122

(1) Refere-se a depósito bancário à vista; e
(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, exclusivos aos integrantes da Organização Bradesco ou empresas a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A.

6) VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO
Valor justo por meio de resultado, referem-se a Letras Financeiras, à taxa de 104% do CDI, com vencimentos em 19.1.2015 e 14.12.2015, no montante de R\$ 889.691 (2012 - R\$ 843.614) e Debêntures com vencimento em 14.12.2015 emitidas pela Banco Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, no montante de R\$ 395.952 (2012 - R\$ 0).

7) CRÉDITOS RECEBÍVEIS

	Em 31 de dezembro	
	2013	2012
Saldo inicial	245.131	249.307
Baixas por recebimento	(1.802)	(2.806)
Baixas por perdas	(381)	(1.370)
Saldo final	242.948	245.131
Créditos recebíveis	242.948	245.131
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(242.948)	(245.131)

	Em 31 de dezembro	
	2013	2012
Juros sobre créditos recebíveis	6.282	6.152
Reversão de provisão de créditos de liquidação duvidosa	2.183	4.176
Perdas de créditos recebíveis	(381)	(1.370)
Total	8.084	8.958

continua...

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
BBD PARTICIPAÇÕES S/A	3
CIDADE DE DEUS COMPANHIA COMERCIAL DE PARTICIPAÇÕES	17
COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS RUBI	9
FERRARA PARTICIPACOES S.A.	13
NCF PARTICIPACOES S.A.	7
NOVA CIDADE DE DEUS PARTICIPACOES S.A.	5
PROMOSEC COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS	15
TITANIUM HOLDINGS S.A.	11



Diário Oficial Empresarial 2

Estado de São Paulo

Volume 124 • Número 71
São Paulo, terça-feira, 15 de abril de 2014

Página 9

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi

CNPJ 01.222.069/0001-22
Sede: Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

A carteira de créditos recebíveis é composta substancialmente por créditos vencidos há mais de 360 dias, os quais as perspectivas de realização são remotas e foram efetuadas as provisões consideradas suficientes para fazer face às perdas.

c) Estoques

	Em 31 de dezembro	
	2013	2012
Estoque de veículos (1).....	491	540
Outros bens.....	28	28
Total.....	519	568

(1) Referem-se a veículos e outros bens não de uso recebidos em dação de pagamento e destinados a vendas.

b) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2013	2012
Ordinárias.....	430.311.119	430.311.119
Total.....	430.311.119	430.311.119

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro	
	2013	2012
Reservas de lucros.....	306.401	701.181
- Reserva legal (1).....	48.594	45.169
- Reserva estatutária (2).....	257.807	656.012

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e
(2) Pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos

Conforme disposições estatutárias aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado a seguir:

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2013 e 2012 estão demonstrados a seguir:

	2013		% (1)		2012		% (1)	
Lucro líquido do exercício.....	68.500				91.932			
Reserva legal.....	(3.425)				(4.597)			
Base de cálculo.....	65.075				87.335			
Dividendos propostos.....	651		1,0		873		1,0	

(1) Percentual dos dividendos aplicado sobre a base de cálculo.

9) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Em 31 de dezembro	
	2013	2012
Rendimento de aplicações em fundos de investimentos financeiros.....	8.318	74.247
Rendimento de aplicações em debêntures.....	25.951	-
Rendimento de aplicações em letras financeiras.....	68.959	68.603
Juros ativos.....	151	863
Total.....	103.379	143.713

10) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Em 31 de dezembro	
	2013	2012
PIS.....	713	975
COFINS.....	4.388	6.000
Impostos e taxas.....	9	1
Total.....	5.110	6.976

11) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Em 31 de dezembro	
	2013	2012
Serviços prestados por terceiros.....	2.424	39
Contribuição sindical patronal.....	47	42
Custas judiciais e ações civis.....	35	94
Doações e patrocínios.....	947	5.124
Editais e publicações.....	95	101
Outras.....	95	10
Total.....	3.559	5.410

12) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Em 31 de dezembro	
	2013	2012
Alienação de bens de dação líquidas.....	50	102
Total.....	50	102

13) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	2013		2012	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Caixa e equivalentes de caixa:	10	-	1.420	-
Banco Bradesco S.A.....	10	-	1.420	-
Valor justo por meio do resultado:	1.285.643	94.910	843.614	68.603
Banco Bradesco S.A.....	1.285.643	94.910	843.614	68.603
Outras obrigações:	-	(1.406)	-	(1.406)
Banco Bradesco S.A.....	-	(1.406)	-	(1,406)
Dividendos a pagar:	(651)	-	(873)	-
Banco Boavista Interatlântico S.A.....	(47)	-	(83)	-
Serel Participações em Imóveis S.A.....	(604)	-	(810)	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

14) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2013	2012
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social).....	102.787	140.211
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.....	(34.948)	(47.672)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Despesas e provisões indedutíveis de receitas não tributáveis.....	(310)	(1.258)
Outros.....	971	651
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(34.287)	(48.279)

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2013	2012
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(33.543)	(38.391)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias.....	(744)	(1.431)
Utilização de saldos iniciais de:		
Base negativa de contribuição social.....	-	(2.239)
Prejuízo fiscal.....	-	(6.218)
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(34.287)	(48.279)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro			
	2012	Constituição	Realização	2013
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	17.199	-	742	16.457
Outras provisões.....	31	29	31	29
Total dos créditos tributários.....	17.230	29	773	16.486

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Em 31 de dezembro		
	Diferenças temporárias	Contribuição	Total
	Imposto de renda	social	
2014.....	4.037	1.453	5.490
2015.....	4.040	1.455	5.495
2016.....	4.042	1.455	5.497
2017.....	3	1	4
Total.....	12.122	4.364	16.486

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, praticada pela Organização Bradesco, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 15.047 (2012 - R\$ 16.492), de diferenças temporárias.

e) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar referem-se, basicamente, ao imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores e de imposto retido na fonte sobre aplicações financeiras, no montante de R\$ 2.176 (2012 - R\$ 16.286).

f) Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 3.271 (2012 - R\$ 26.925), referem-se ao PIS no montante de R\$ 74 (2012 - R\$ 68), Cofins no montante de R\$ 457 (2012 - R\$ 416), Imposto de Renda Pessoa Jurídica no montante de R\$ 1.772 (2012 - R\$ 26.441) e da Contribuição Social no montante de R\$ 968.

15) OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Em 31 de dezembro	
	2013	2012
Valores a pagar (1).....	-	1.406
Serviços prestados por terceiros.....	2	2
Editais e publicações.....	87	92
Total.....	89	1.500

(1) Referem-se substancialmente ao valor a ser ressarcido ao Banco Bradesco S.A., relativo ao pagamento em duplicidade à Secretaria Municipal de Finanças, pertinente aos projetos da Ação Comunitária - Preparando Pessoas para a Vida. Em 2.1.2013 o valor a pagar foi baixado em sua totalidade, pelo montante de R\$ 1.406.

16) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não possui operações com Instrumentos Financeiros Derivativos;
b) Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não há processos com riscos fiscais, civis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis ou prováveis de natureza relevantes;
c) Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e Cofins. A MP 627/13 dispõe sobre:

- A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais; e
- A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas.

A Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi, aguardará a conversão em Lei da MP 627/13 para uma análise mais profunda e conclusiva. Em uma avaliação preliminar, não haverá impactos relevantes para a Companhia.

d) Não houve outros eventos subsequentes que requerem ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2013.

A DIRETORIA

Marco Antonio Cunha de Santana - Contador - CRC 1SP200234/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da
Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi
Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a

avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Osasco, 11 de abril de 2014

Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP153569/O-0

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
BBD PARTICIPAÇÕES S/A.....	3
CIDADE DE DEUS COMPANHIA COMERCIAL DE PARTICIPAÇÕES.....	17
COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS RUBI.....	9
FERRARA PARTICIPACOES S.A.....	13
NCF PARTICIPACOES S.A.....	7
NOVA CIDADE DE DEUS PARTICIPACOES S.A.....	5
PROMOSEC COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS.....	15
TITANIUM HOLDINGS S.A.....	11

Certificação Digital. Segura, ágil e 100% confiável.

Imprensa Oficial, a Autoridade Certificadora
Oficial do Governo do Estado de São Paulo.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi

CNPJ 01.222.069/0001-22
Sede: Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, 29 de janeiro de 2014.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais				
	2013	2012	2013	2012
ATIVO				
CIRCULANTE	36.666	1.744.880	4.011	29.298
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5).....	33.971	881.122	3.271	26.925
Valor Justo por Meio do Resultado (Nota 6).....	-	843.614	651	873
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 14e).....	2.176	13.830	89	1.500
Estoque (Nota 7c).....	519	568	-	-
Valores a Receber.....	-	8	-	-
Créditos Tributários (Nota 14c).....	-	5.738	-	-
NÃO CIRCULANTE	1.302.205	14.058	1.334.860	1.729.640
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.302.205	14.058	1.028.459	1.028.459
Valor Justo por Meio do Resultado (Notas 6 e 13a).....	1.285.643	-	306.401	701.181
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 14e).....	-	2.456	-	-
Depósitos Judiciais.....	75	110	-	-
Créditos Recebíveis (Nota 7a).....	242.948	245.131	-	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7a).....	(242.948)	(245.131)	-	-
Créditos Tributários (Nota 14c).....	16.487	11.492	-	-
TOTAL	1.338.871	1.758.938	1.338.871	1.758.938

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais				
	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2013	2012	2013	2012
RECEITAS OPERACIONAIS	111.506	152.699	103.379	143.713
Resultado de Créditos Recebíveis (Nota 7b).....	8.084	8.958	6	28
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 9).....	103.379	143.713	37	-
Reversão de Provisões.....	6	28	-	-
Outras Receitas Operacionais.....	37	-	-	-
DESPESAS OPERACIONAIS	8.719	12.488	5.110	6.976
Despesas Tributárias (Nota 10).....	3.559	5.410	50	102
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 11).....	50	102	102	102
Outras Despesas Operacionais Líquidas (Nota 12).....	50	102	102	102
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	102.787	140.211	103.379	143.713
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 14a)	(64.287)	(48.279)	(64.287)	(48.279)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	68.500	91.932	68.500	91.932
Número de ações.....	430.311.119	430.311.119	430.311.119	430.311.119
Lucro Líquido Básico por lote de mil ações em R\$.....	159,19	213,64	159,19	213,64

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Milhares de Reais				
	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2013	2012	2013	2012
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:				
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	102.787	140.211	103.379	143.713
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(8.235)	(9.821)	(8.235)	(9.821)
Reversão de Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(2.183)	(4.176)	(2.183)	(4.176)
Juros, Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas.....	(151)	(863)	(151)	(863)
Juros sobre Créditos Recebíveis.....	(6.282)	(6.152)	(6.282)	(6.152)
Perdas de Créditos Recebíveis.....	381	1.370	381	1.370
Lucro Líquido Ajustado	94.552	130.390	94.552	130.390
Aumento em Valor Justo por Meio do Resultado.....	(442.028)	(68.603)	(442.028)	(68.603)
Aumento/(Redução) em Outros Ativos.....	14.353	(7.412)	14.353	(7.412)
Redução de Créditos Recebíveis.....	1.802	2.806	1.802	2.806
Juros de Créditos Recebíveis.....	6.282	6.152	6.282	6.152
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações.....	(39.060)	1.263	(39.060)	1.263
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(19.549)	(7.942)	(19.549)	(7.942)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	(383.648)	56.654	(383.648)	56.654
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:				
Dividendos Pagos.....	(463.503)	(45.664)	(463.503)	(45.664)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(463.503)	(45.664)	(463.503)	(45.664)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(847.151)	10.990	(847.151)	10.990
Início do Período.....	881.122	870.132	881.122	870.132
Fim do Período.....	33.971	881.122	33.971	881.122
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(847.151)	10.990	(847.151)	10.990

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais				
	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2013	2012	2013	2012
Lucro Líquido	68.500	91.932	68.500	91.932
Total do Resultado Abrangente	68.500	91.932	68.500	91.932

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi é uma Companhia que tem por objetivo exclusivo a aquisição de créditos oriundos de operações de empréstimos, de financiamentos e de arrendamento mercantil. A Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto. A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 29 de janeiro de 2014.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis, conforme Nota 4.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos em curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento, cujos vencimentos na data da efetiva aplicação são iguais ou inferiores a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro, conforme apresentados na Nota 5.

2.4) Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria: registrados pelo valor justo por meio do resultado e disponíveis para venda e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Mensurados a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado
Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

b) Créditos recebíveis

Os créditos recebíveis, oriundos de operações de securitização, são inicialmente registrados ao seu custo de aquisição, sendo mantidos sem qualquer atualização. Por ocasião do recebimento de qualquer parcela dos créditos adquiridos, esta é deduzida do custo de aquisição até o limite do mesmo; e o eventual valor excedente é reconhecido como resultado de créditos recebíveis na conta "Rendas de Créditos Recebíveis".

2.5) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

As aplicações em fundos de investimento são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.6) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.7) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.8) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da propositão do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.9) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

a) Rendas de créditos recebíveis

As receitas de créditos recebíveis são reconhecidas no resultado pelos recebimentos de valores de operações de créditos recebíveis oriundas de Instituições Financeiras, efetuadas de acordo com a Resolução nº 2.686 de 26 de janeiro de 2000, do Conselho Monetário Nacional - CMN.

b) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas sobre fundos de investimentos, juros sobre os créditos recebíveis e atualização monetária.

2.10) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A despesa com imposto de renda corrente é calculada pela soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e do imposto diferido proveniente dos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

Conforme Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não têm efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas leis e dos CPCs estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes, conforme apresentado na Nota 14.

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2

Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3

Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Determinados ativos estão sujeitos à revisão de perda de valor recuperável (impairment). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda de valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão incluídas nas Notas 7 e 14d.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro		
	2013	2012	2012
Disponibilidades em moeda nacional (1).....		10	1.420
Fundos de investimentos financeiros (2).....	33.961	879.702	879.702
Total de caixa e equivalentes de caixa	33.971	881.122	881.122

(1) Refere-se a depósito bancário à vista; e
(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, exclusivos aos integrantes da Organização Bradesco ou empresas a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A.

6) VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO

Valor justo por meio de resultado, referem-se a Letras Financeiras, à taxa de 104% do CDI, com vencimentos em 19.1.2015 e 14.12.2015, no montante de R\$ 889.691 (2012 - R\$ 843.614) e Debêntures com vencimento em 14.12.2015 emitidas pela Banco Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, no montante de R\$ 395.952 (2012 - R\$ 0).

7) CRÉDITOS RECEBÍVEIS

a) Movimentação dos créditos recebíveis

	Em 31 de dezembro		
	2013	2012	2012
Saldo inicial	245.131	249.307	249.307
Baixas por recebimento.....	(1.802)	(2.806)	(2.806)
Baixas por perdas.....	(381)	(1.370)	(1.370)
Saldo final	242.948	245.131	245.131
Créditos recebíveis.....	242.948	245.131	245.131
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(242.948)	(245.131)	(245.131)

b) Resultado de créditos recebíveis

	Em 31 de dezembro		
	2013	2012	2012
Juros sobre créditos recebíveis.....	6.282	6.152	6.152
Reversão de provisão de créditos de liquidação duvidosa.....	2.183	4.176	4.176
Perdas de créditos recebíveis.....	(381)	(1.370)	(1.370)
Total	8.084	8.958	8.958

A carteira de créditos recebíveis é composta substancialmente por créditos vencidos há mais de 360 dias, as quais as perspectivas de realização são remotas e foram efetuadas as provisões consideradas suficientes para fazer face às perdas.

c) Estoques

	Em 31 de dezembro		
	2013	2012	2012
Estoque de veículos (1).....	491	540	540
Outros bens.....	28	28	28
Total	519	<	

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi

CNPJ 01.222.069/0001-22
Sede: Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

14) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2013	2012
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social).....	102.787	140.211
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(34.948)	(47.672)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Despesas e provisões indedutíveis de receitas não tributáveis	(310)	(1.258)
Outros.....	971	651
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(34.287)	(48.279)

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2013	2012
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(33.543)	(38.391)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias.....	(744)	(1.431)
Utilização de saldos iniciais de:		
Base negativa de contribuição social	-	(2.239)
Prejuízo fiscal	-	(6.218)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(34.287)	(48.279)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro			
	2012	Constituição	Realização	2013
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	17.199	-	742	16.457
Outras provisões	31	29	31	29
Total dos créditos tributários	17.230	29	773	16.486

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Em 31 de dezembro		
	Diferenças temporárias	Contribuição social	Total
2014.....	4.037	1.453	5.490
2015.....	4.040	1.455	5.495
2016.....	4.042	1.455	5.497
2017.....	3	1	4
Total	12.122	4.364	16.486

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi
Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui,

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, praticada pela Organização Bradesco, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 15.047 (2012 - R\$ 16.492), de diferenças temporárias.

e) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar referem-se, basicamente, ao imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores e de imposto retido na fonte sobre aplicações financeiras, no montante de R\$ 2.176 (2012 - R\$ 16.286).

f) Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 3.271 (2012 - R\$ 26.925), referem-se ao PIS no montante de R\$ 74 (2012 - R\$ 68), Cofins no montante de R\$ 457 (2012 - R\$ 416), Imposto de Renda Pessoa Jurídica no montante de R\$ 1.772 (2012 - R\$ 26.441) e da Contribuição Social no montante de R\$ 968.

15) OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Em 31 de dezembro	
	2013	2012
Valores a pagar (1)	-	1.406
Serviços prestados por terceiros	2	2
Editais e publicações	87	92
Total	89	1.500

(1) Referem-se substancialmente ao valor a ser ressarcido ao Banco Bradesco S.A., relativo ao pagamento em duplicidade à Secretaria Municipal de Finanças, pertinente aos projetos da Ação Comunitária - Preparando Pessoas para a Vida. Em 2.1.2013 o valor a pagar foi baixado em sua totalidade, pelo montante de R\$ 1.406.

16) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não possuía operações com Instrumentos Financeiros Derivativos;
b) Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis ou prováveis de natureza relevantes;

c) Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e Cofins. A MP 627/13 dispõe sobre:

- A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais; e
- A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas.

A Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi, aguardará a conversão em Lei da MP 627/13 para uma análise mais profunda e conclusiva. Em uma avaliação preliminar, não haverá impactos relevantes para a Companhia.

d) Não houve outros eventos subsequentes que requerem ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2013.

A DIRETORIA

Marco Antonio Cunha de Santana - Contador - CRC 1SP200234/O-9

também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Rubi, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Osasco, 11 de abril de 2014

Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP153569/O-0



Depois de buscas na superfície do Oceano Índico, operação passará para nova fase submersa.

'Está no fundo do mar. Talvez intacto.'

Um experiente comandante brasileiro conta o que sua seleta confraria concluiu sobre o voo MH370

José Maria dos Santos

O ainda incompreensível desfecho do voo MH370, empreendido pelo Boeing 777-200 da Malaysia Airlines, na rota Kuala Lumpur – Pequim, em 8 de março passado, já não é mais mistério dentro do restrito clube de pilotos internacionais. Eles chegaram a um consenso através das suas observações técnicas, conforme relata, na entrevista que se segue, um comandante brasileiro que voa para o mundo todo a partir do Oriente Médio. Ele conhece o modelo do Boeing de longa data, pois operava com ele quando morava no Brasil, voando sob a bandeira da Varig. Infelizmente, ele permanecerá no anonimato devido às cláusulas contratuais com sua empresa. Conhecedor de todos os jatos lançados nos últimos 40 anos, ele tem a convicção de que a responsabilidade dificilmente recairá sobre o avião. "Tem muita qualidade", diz. No seu entender, e também na opinião de colegas, o avião repousa, inteiro, no fundo do mar. Esse quesito, de certo modo, remete ao filme "Aeroporto 77" (1977), dirigido por Jerry Jameson. Na película, o Jumbo 747, conduzido pelo ator Jack Lemmon, foi resgatado, intacto, do fundo do mar, com todas pessoas sãs e salvas porque o socorro chegou a tempo.

Diário do Comércio – O que pode ter acontecido com o voo MH 370?

Comandante – Em primeiro

lugar, é necessário esclarecer que, tecnicamente, o 777-200 não caiu. Ele tem duas sondas que emitem sinais em caso de impacto ou quando o avião entra em choque com a água. Funcionam como o airbag nos automóveis. Esses equipamentos não foram acionados, sugerindo que o avião fez um pouso no mar. Diante dessa constatação é possível fazer várias hipóteses. A mais plausível é de que tenha havido fumaça a bordo, que afetou a conduta do comandante e do copiloto.

DC - Teria sido um incêndio?

Comandante – Não necessariamente. Pode ter sido efeito de carga perigosa. Baterias, por exemplo. Esse componente de celulares, notebooks, etc., possui o mineral lítio que, sob alguma circunstância, pode liberar fumaça, embora não provoque incêndio. Esse material pode ter afetado as pessoas a bordo.

DC - Mas essas cargas não são rigidamente controladas? Um avião de passageiros pode transportá-las?

Comandante – São severamente controladas pelas regras da ICAO (International Civil Aviation Organization). Um caso rumoroso ocorreu em Dubai e derrubou um Jumbo da UPS, a maior empresa de carga aérea dos EUA. A fumaça era tanta que a cabine não conseguia enxergar o painel. Os aviões de passageiros podem transpor-



Divulgação/Reuters - 05/04/14

Óleo no mar. Mais uma pista do avião desaparecido.

As autoridades Australianas que coordenam as buscas pelo Boeing 777-200 da Malaysia Airlines anunciaram ontem que uma mancha de combustível foi detectada no Oceano Índico. Segundo o chefe do Centro

de Coordenação de Agências Conjuntas, Angus Houston, a mancha está "muito próxima" de onde foram detectados sinais acústicos, mas a origem do petróleo "ainda não foi determinada". "Levará um pouco de tempo pois estamos no meio do Oceano Índico", disse ele, que descartou a possibilidade de o combustível ser procedente dos barcos que participam



Divulgação/Reuters - 10/04/14

da operação de busca.

Houston disse ainda que as equipes irão iniciar "o mais breve possível" a utilização do veículo submarino autônomo Bluefin-21 para vasculhar o fundo do oceano.

"Após seis dias sem detectar sinais acústicos é tempo de procurar sob a água", afirmou.

A primeira missão deste veículo autônomo, que é

transportado pela embarcação australiana Ocean Shield, se centrará em uma área de 40 quilômetros quadrados, onde se acredita que a aeronave caiu, e terá uma duração de 24 horas. O voo MH370 decolou de Kuala Lumpur com 239 pessoas a bordo rumo a Pequim em 8 de março e desapareceu dos radares civis cerca de 40 minutos após decolar. (Folhapress)



A vida imita a arte? No filme 'Aeroporto 77', a aeronave é resgatada.

tar esse tipo de carga. Só não podem levar cargas tidas como "perigosas", como materiais radiativos. A verdade é que não existe segurança absoluta.

DC - Houve especulação em torno da ausência da emissão de sinais após a frase da cabine que ficou famosa: "Tudo bem. Boa noite, Malásia"...

Comandante – Naquele momento o avião estava entrando em espaço aéreo do Vietnã. Eu conheço aquela rota. Aliás, vou utilizá-la em alguns dias. Provavelmente o calor produzido pela fumaça inibiu as emissões de sinais. Por meio da teoria for-

cido pelo desvio de rota e pelo combustível disponível. Ao decolar, um avião precisa ter combustível suficiente para chegar ao seu destino e ainda para ser utilizado em caso de alternância de voo para outro aeroporto. Um avião jamais decola com abastecimento pleno. No caso desse voo, são seis horas e meia de duração. De modo que o 777-200 levava combustível para cerca de oito horas e meia. Algo em torno de 64 toneladas. Considerando a decolagem, na qual se consome bem, até o nívelamento na velocidade de cruzeiro, deveria ter umas 54 toneladas nos tanques.

DC - Qual é a altitude e velocidade do 777-200 em voo cruzeiro?

Comandante – Altitude em torno de 36 mil pés e velocidade mach 83 (890 km/h).

DC - Estamos no ponto em que o comandante e seu segundo estão fora de combate e o 777-200 aparentemente desgobernado...

Comandante – Não. O avião devia estar sob piloto automático. O 777-200, que é muito seguro, possui três pilotos autônomos. Ele voou até secar os tanques. Mas não parou af. O avião ainda tem um sistema de energia elétrica que lhe permite continuar voando em condição de planeio. Ele vai operando à semelhança de um planador. Esse planeio pode se estender por 100 milhas (160 km), uma distância equivalente a de São Paulo a Monte Verde (MG). É uma situação semelhante a de um pouso convencional. Essa

circunstância justifica a ideia de que o 777-200 pousou no mar e depois afundou. E deve estar inteiro, perdendo talvez uma asa, pois é um avião robusto.

DC - O noticiário sobre o prosseguimento do voo mesmo após o desaparecimento nos radares causou estranheza, produzindo teses como a de terroristas que teriam desligado os equipamentos e pousado em algum lugar do planeta. Depois vieram especulações sobre sinais captados por satélites mesmo após o seu sumiço...

Comandante – Acho que faltou esclarecer melhor à opinião pública. Os radares têm seus limites. Não há radares nas longas distâncias dos oceanos. Por outro lado, o sistema de sinalização por satélites, conhecido como ADS (Automatic Dependent Surveillance) é algo pouco conhecido.

DC - O que deve ocorrer a partir de agora?

Comandante – Essas investigações são demoradas. O acidente com o Airbus da Air France, do voo 447 que havia saído do Rio, consumiu dois anos de pesquisa depois que as caixas pretas foram recuperadas. E ficou provado que os pilotos não tinham treinamento para enfrentar a situação, enquanto o comandante dormia. Tenho a impressão de que muita informação sobre o MH370 ainda está sob reserva, pois um quadro desses é muito complexo, com numerosas possibilidades. E não podemos esquecer que há muitos desaparecimentos de aviões jamais solucionados.